



anespo

associação nacional
de escolas profissionais

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017

APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL

COIMBRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2016

INDICE

	N.º Pág.
1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO	3
2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	4
3. EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS	10
Eixo I – Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais	10
Eixo II – Quadro regulamentar, sustentabilidade financeira e modelo de financiamento das escolas profissionais	12
Eixo III – Modelo pedagógico, consolidação e implementação de sistemas de garantia/gestão da qualidade	13
Eixo IV – Contributos para concretização dos objetivos da agenda 2020 da UE e das metas e desígnios do Portugal 2020	14
Eixo V – Vida associativa, organização interna e funcionamento dos serviços	15
Eixo VI – Projetos e parcerias	16
4. ORÇAMENTO PARA 2017	8
5. MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2017	20

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO

A apresentação e aprovação do Plano de Atividades e o Orçamento visa dar cumprimento ao preceituado na alínea d) do artigo 16º e na alínea e) do n.º 1 do Art.º 21 dos Estatutos da ANESPO e tem como objetivo dotar a nossa associação de um importante instrumento de gestão que permita orientar a ação dos órgãos sociais no decurso do ano de 2017.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da ANESPO enquanto instrumento de planeamento deve ter em conta:

- a. O contexto em que se insere a atividade da associação e das escolas e, conseqüentemente, as orientações de política de educação e formação de jovens e adultos;
- b. As condicionantes decorrentes das prioridades definidas no “Portugal 2020” e os constrangimentos resultantes da circunstância de as formações ministradas pelas escolas profissionais, na generalidade das regiões do Continente e das Regiões Autónomas, estarem associadas a cofinanciamento comunitário, nomeadamente através do FSE.

Em termos de contextualização, importa ter em conta as variáveis internas e externas com as quais a ANESPO e as nossas associadas vão ser confrontadas ao longo do próximo ano, importando que se transformem os pontos fracos em fortes e os constrangimentos em oportunidades.

Ainda em termos de contextualização, interessa igualmente sublinhar que a apresentação e aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2017 ocorre num contexto em que:

- a. Se prevê alguma estabilidade governativa, atenta a existência de um governo minoritário do PS mas sustentado na Assembleia da República por uma maioria com base em acordos com partidos classicamente situados à esquerda, com um Programa de Governo que encerra uma aposta consistente na educação e formação;
- b. Foi eleito um Presidente da República bastante mais interventivo do que o antecessor, que aposta na estabilidade das políticas, designadamente no domínio da educação e formação;
- c. Existem alguns motivos de preocupação quanto à solidez, coesão e consistência na União Europeia, especialmente depois do resultado do referendo realizado no Reino Unido, que apontam para que, a prazo mais ou menos imediato, este país possa deixar de integrar a União Europeia;
- d. Estamos confrontados com situações onde se multiplicam os conflitos especialmente no Oriente Médio e onde campeiam a fome, a miséria e a distribuição desigual da riqueza,

tudo sinais preocupantes de um mundo que teima em não acertar o passo com os caminhos da paz e do progresso e de uma maior coesão económica e social.

2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O diagnóstico estratégico aponta caminhos que vão para além do mero exercício anualizado e que, por isso, importa que incorpore uma visão de médio e longo prazo na qual se terão que integrar as atividades previstas para o próximo ano.

Neste contexto, importa que se tenha em conta que, a nível nacional, as políticas de educação e formação, definidas pelo atual governo apontam para o reforço do ensino profissional e uma nova forma de relacionamento com a ANESPO, mas vamos ter que conviver durante algum tempo com as consequências resultantes dos erros do passado recente:

- a. O desmantelamento do SIIFSE, enquanto sistema integrado de gestão do FSE, com resultados e provas dadas, sem que se tenha assegurado a funcionalidade de uma solução alternativa implicando enormes atrasos desde a submissão e análise de candidaturas à emissão de termos de aceitação e, conseqüentemente, emissão de ordens de pagamento e submissão de reembolsos e saldos em todos os programas operacionais do Portugal 2020;
- b. O cofinanciamento dos cursos profissionais e outras ofertas relevantes das escolas profissionais através dos programas operacionais (PO) do Portugal 2020, particularmente do POCH, que estando embora fora do radar direto do ME, implica o encontro de soluções justas e adequadas, em conformidade com objetivos assumidos e definidos no Programa do Governo.
- c. O não acautelamento de recursos suficientes, em sede de programação do Portugal 2020, para garantir o financiamento dos cursos profissionais e CEF até ao fim do período de programação;
- d. O “esquecimento” da necessidade de mobilização de apoios para melhoria de instalações e equipamentos das escolas profissionais importando, em sede de reprogramação, corrigir as insuficiências já identificadas.

No decurso do ano de 2017 ter-se-á que ter em conta as alterações na legislação enquadradora da atividade das escolas profissionais e as condições ex-ante contratualizadas no Portugal 2020 com a União Europeia, que implicam:

- a. A introdução de uma nova forma de gestão das escolas profissionais assente na implementação de sistema de garantia da qualidade;
- b. A obrigatoriedade de se ter em conta um conjunto de indicadores de realização e de resultados que podem ter consequências em termos de financiamento para as escolas profissionais;
- c. A necessidade de um planeamento cuidado das redes de oferta dos cursos profissionais em anos futuros, atenta a nova realidade dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade;
- d. A dinamização e ampliação da Rede de Centros Qualifica que pretende dar novo impulso à formação de adultos e conseqüentemente aos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e ainda proporcionar aos jovens condições para a obtenção de mais informação e de uma verdadeira orientação vocacional.

Em termos estratégicos, importa ter ainda ter em conta que:

- a. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apresentou em Setembro de 2016 o seu tradicional Education at a Glance de 2016, onde faz a radiografia e o balanço da evolução nos 44 países membros, no qual salienta a importância do ensino profissional nos seguintes termos: *Portugal precisa de garantir que o ensino profissional mantém a sua eficácia e que as suas qualificações continuem a ser reconhecidas pelo mercado de trabalho.*
- b. A construção do que serão as perspetivas financeiras da União Europeia para 2021/2027, bem como das finalidades a atribuir aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para igual período, devendo, antes do fim desta década, cada estado membro definir as prioridades de aplicação do respetivo pacote financeiro, que entretanto venha a ser aprovado.

Dentro deste contexto, em 2017, a ANESPO deverá continuar a bater-se pelos seguintes aspetos que carecem de urgente resolução:

- a. A aceleração dos ritmos de pagamento dos adiantamentos, reembolsos e saldos devidos às escolas profissionais;
- b. O estabelecimento de novos acordos com a Banca em geral com vista a encontrar soluções para minimizar os problemas financeiros e de tesouraria com que as escolas estão confrontadas, fruto de uma sequência de atrasos que já se arrasta por mais de 3 anos;

- c. O estabelecimento de um quadro legal e de funcionamento, estáveis e coerentes, bem como a resolução e clarificação de todas as iniquidades que desde há muito temos devidamente identificadas;
- d. A necessidade de implementação de sistemas de gestão da qualidade nas escolas profissionais alinhados com as exigências europeias no contexto do EQAVET, dando sequência ao trabalho já desenvolvido pela ANESPO;
- e. Estabilização das ofertas de dupla certificação de jovens e incremento das formações de adultos, quer quanto aos meios de financiamento, quer quanto à resolução de questões pedagógicas, de funcionamento e gestão;
- f. Detecção das necessidades locais e a organização da formação considerada relevante para o tecido económico e social e para a dinamização das regiões em que as escolas estão inseridas;
- g. A criação de condições para que, pelo menos, 50% dos alunos do nível secundário estejam nas vias profissionalizantes, objetivo assumido pelo atual governo, mas ainda longe de ser alcançado, uma vez que os últimos dados disponíveis situam em cerca de 44%;
- h. A valorização do diálogo institucional, nomeadamente com a Presidência, a Assembleia e o governo da República, com os governos regionais dos Açores e da Madeira, bem como manter e aprofundar os contactos regulares com outras instâncias de soberania, em particular com as tutelas das políticas de educação e qualificação profissional, assim como com os Municípios, as CCDR, as CIM e as áreas metropolitanas;
- i. Incremento do diálogo com os parceiros económicos e sociais, potenciando o facto de a ANESPO ser membro e integrar a Direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e da Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF).

Independentemente das condicionantes políticas, económicas e sociais, as escolas profissionais têm que continuar a desenvolver a sua atividade tendo por base a procura incessante da qualidade das suas prestações, tendo como referencial os melhores exemplos nacionais e internacionais.

Espera-se que as políticas de educação e de formação de jovens e adultos, vão no sentido de nos aproximarmos dos indicadores dos países da União Europeia (UE) e da OCDE, sendo certo que há ainda um longo caminho a percorrer.

Espera-se que se reforce o combate ao abandono e ao insucesso escolar e se aposte na redinamização de ofertas formativas para adultos, como forma de combate ao flagelo do desemprego, através de percursos mais curtos (FMC) e de percursos mais longos (EFA).

As reflexões sobre o presente e o futuro das escolas profissionais, as ações conducentes à organização da formação nas vertentes do planeamento, organização, execução e avaliação, devem ter por base as variáveis internas e externas que enquadram o funcionamento das nossas associadas.

Por isso, propomos que cada escola olhe para o seu território e para o todo nacional e internacional, identificando os pontos fortes e fracos, enquanto variáveis internas, e as ameaças e oportunidades, enquanto variáveis externas.

Socorrendo-nos da perceção que temos da realidade dos projetos educativos e formativos das nossas associadas, apresentamos, a seguir, um conjunto de indicadores ligados a cada uma das variáveis:

2.1- Pontos Fortes

- a. A experiência de 27 anos no campo da organização da formação de dupla certificação escolar e profissional;
- b. O conhecimento dos territórios onde desenvolvem a atividade e a reconhecida capacidade de interação com o tecido económico e social local;
- c. A adequabilidade e pertinência das ofertas formativas face às necessidades evidenciadas pelos agentes económicos e sociais;
- d. A organização de formação dirigida a adultos e o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais;
- e. A adoção de práticas pedagógicas assentes no princípio da individualização da formação;
- f. A modularização das aprendizagens e o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- g. A larga experiência dos recursos humanos afetos à formação e a qualidade da generalidade das instalações e equipamentos;
- h. Uma cultura de qualidade e a adesão progressiva aos princípios orientadores do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Responsabilidade Social (SGQ).

Sendo manifesto que as nossas associadas têm a perceção clara dos pontos fortes, não podemos deixar de ter em conta, realisticamente, as fragilidades ou, se quisermos, também os pontos fracos.

2.2 – Pontos Fracos

- a. A imprevisibilidade da gestão financeira resultante da redução das tabelas de custos unitários e a manutenção de gravosas medidas penalizantes para as escolas, como resultado da perda ou desistência de alunos;
- b. Os atrasos sistemáticos no pagamento de adiantamentos, reembolsos e saldos;
- c. A não consideração das especificidades das regiões de baixa densidade e o subfinanciamento das turmas com duas saídas profissionais;
- d. A inexistência de uma política consistente de apoios sociais aos alunos que, sem esquecer o todo nacional, discrimine positivamente as regiões mais deprimidas;
- e. A crescente necessidade de recurso ao crédito para viabilizar o funcionamento das escolas, num quadro de menor abertura por parte das instituições bancárias;
- f. A necessidade de melhoria de instalações e equipamentos em muitas escolas prejudicada com a ausência de medidas para esse efeito, nos últimos anos;
- g. A quase exclusiva dependência do Estado enquanto entidade financiadora das atividades educativas, formativas e de certificação.

Uma vez equacionadas as variáveis internas, importa que olhemos para as condicionantes que não dependem de nós, ou seja, para as variáveis externas que se poderão traduzir em oportunidades e ameaças.

2.3 – Oportunidades

Relativamente às oportunidades, julgamos que existem algumas condições que permitem às nossas associadas dar um novo impulso aos seus projetos educativos.

- a. O modelo de financiamento dos cursos profissionais e dos CEF que permite fazer uma gestão mais ajustada e consonante com a realidade de cada escola;
- b. A aposta no incremento do número de alunos do ensino secundário em percursos de dupla certificação escolar e profissional e a obrigatoriedade da frequência da escola até aos 18 anos;
- c. A possibilidade de prestação de serviços de consultadoria e formação para o exterior sem que haja o risco de poderem ser consideradas como receitas da ação;
- d. A hipótese de se alargar o âmbito de atuação das escolas em projetos de cooperação, nomeadamente na União Europeia e no espaço da CPLP;
- e. A crescente sensibilização dos empresários para as problemáticas da valorização dos recursos humanos;

- f. A aposta dos novos programas operacionais no reforço da competitividade das empresas e a possibilidade das escolas poderem ser parte ativa na organização das atividades de formação.

2.4 – Ameaças

Contudo, persistem algumas ameaças que convém ter em devida conta:

- a. Os atrasos nos pagamentos, em particular por parte do POCH, que obrigam as escolas a honrar os seus compromissos com atrasos e a despende verbas significativas com encargos bancários;
- b. A redução da natalidade e a conseqüente redução do número de alunos que entram no sistema de ensino;
- c. A falta de estudos consistentes sobre análise de necessidades de formação ao nível local, regional e nacional;
- d. A falta de dados que permita, de forma atempada e realista, fazer o planeamento da rede de oferta dos cursos profissionais e científico humanísticos, em cada CIM;
- e. A indefinição quanto aos objetivos e o retardamento por parte da ANQEP/POCH das candidaturas financeiras para os Centros Qualifica, cursos EFA, CEF e sistemas de garantia da qualidade (EQAVET);
- f. A falta de uma verdadeira e estruturada orientação vocacional dos jovens que condiciona o seu sucesso escolar e profissional;
- g. A redução unilateral em 5% das tabelas de custos unitários estabelecida para os cursos profissionais e o subfinanciamento das turmas de CEF e vocacionais, de nível básico, e das turmas com duas saídas profissionais;
- h. A exigência de cumprimento no quadro do Portugal 2020 de indicadores de realização e de resultados pouco realistas e penalizantes financeiramente para as escolas profissionais.

As variáveis internas e externas acima referidas, os correspondentes pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças permitem-nos uma panorâmica geral do terreno em que as escolas profissionais se têm de movimentar e afirmar.

Trata-se de um quadro muito complexo, ao mesmo tempo estimulante e desafiador, devendo a ANESPO e as escolas profissionais dotar-se de propostas, soluções e meios para estar à altura da resposta adequada, apesar de todos os contratemplos e adversidades.

3 – EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS

Tendo em conta a contextualização e o diagnóstico estratégico, propomos que, em 2017, sejam priorizadas as seguintes áreas e, dentro delas, enunciadas as principais intervenções específicas:

Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais

A afirmação pública e institucional da ANESPO e das escolas profissionais é uma tarefa fundamental na hora atual e, em 2017, torna-se absolutamente necessário intensificar os contactos institucionais, as relações de trabalho com os pertinentes membros do governo da República e dos governos regionais, bem como com os organismos relevantes da administração pública, tanto à escala nacional, como regional, intermunicipal ou autárquica.

Particular atenção deve ser dada à Assembleia da República, sede do poder legislativo, base de suporte da solução governativa e que, no atual momento, assume uma maior centralidade no processo de tomada de decisão.

A intensificação dos contactos com os agentes económicos e sociais deve ser também uma das prioridades em 2017, nomeadamente os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), o movimento associativo e cooperativo, as organizações da economia social, as empresas e suas associações, tendo em vista sublinhar o relevante papel das escolas profissionais na preparação dos jovens e adultos para a vida ativa.

Importa também evidenciar o aprofundamento do trabalho cooperativo no seio da CNEF, enquanto organização agregadora e representativa dos interesses do conjunto das entidades particulares que prestam serviços de educação e formação, em grande parte com financiamento público. A celebração do dia da liberdade de escolha na última semana de janeiro é já uma marca presente no calendário deste vasto setor de atividade que acolhe mais de 200 mil jovens em mais de 700 estabelecimentos, empregando 25 mil trabalhadores.

Finalmente, no quadro da afirmação institucional, não podemos perder também de vista a frente externa, em particular os países de expressão portuguesa.

A experiência de trabalho com o governo de Timor-Leste para criação do ensino profissional neste jovem país é disso um exemplo que importa explorar, aprofundar e dar consistência aos contactos já estabelecidos com outros países do espaço da lusofonia. É uma frente de trabalho que tem um ritmo próprio mas na qual decididamente devemos persistir.

Esta prioridade conferida às diferentes frentes institucionais e de organização de interesses, deve ser acompanhada do reforço da intervenção no espaço público, assegurando recursos e desenhando estratégias de comunicação, incluindo no âmbito da CNEF.

Um dos pontos altos da atividade da ANESPO em 2017, em termos de afirmação interna e externa, será a realização do **VII Congresso do Ensino Profissional**, momento propício para com base nas experiências do passado refletir e decidir sobre os caminhos do futuro.

A realização da **Mostra do Ensino Profissional** centrada nos trabalhos de PAP realizadas por alunos das escolas profissionais é uma experiência a repetir noutras regiões, depois dos resultados conseguidos com as iniciativas no Norte (Guimarães 2015) e no Centro (Coimbra 2016).

Com estas realizações pretende-se dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas EP em prol da educação e formação, refletir sobre as qualificações necessárias no presente e no futuro, estabelecer pontes com a investigação e o ensino superior e aproximar ainda mais as escolas ao mundo do trabalho.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através: <ul style="list-style-type: none"> • Audiências com membros do governo a nível nacional e regional • Audiências com Grupos Parlamentares • Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR) 				
b) Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Educação (CNE) • Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) • Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (ISQ) 				
c) Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Associações empresariais • Associações sindicais 				
d) Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos países da CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Governo de Timor-Leste • Governo de Angola • Governo de Cabo Verde 				
e) Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, através: <ul style="list-style-type: none"> • Realização do VII Congresso do Ensino Profissional • Realização das Mostras de Ensino Profissional • Publicação de artigos de opinião em jornais de referência a nível nacional • Exploração do facebook e da página web 				
f) Realização de iniciativas no quadro da liberdade de Escolha de Escola em articulação com a CNEF				

Eixo II - Quadro regulamentar, sustentabilidade financeira e modelo de financiamento das escolas profissionais

Os últimos anos foram particularmente pródigos em alterações avulsas ao quadro regulamentar tendo sido introduzidas alterações à matriz curricular dos cursos profissionais, experimentaram-se cursos vocacionais no básico e no secundário, arredaram-se os CEF das ofertas formativas, continuam as interrogações sobre a possibilidade de acesso de jovens com mais de 20 anos a cursos profissionais, assistiu-se a uma concorrência desenfreada por parte do IEFP na oferta de formação de jovens, complicaram-se os mecanismos de acesso à formação por jovens oriundos dos países da CPLP e mesmo de países da UE.

No que respeita ao modelo de financiamento com base em tabelas de custos unitários, embora se revele mais simples e flexível, tem sofrido um conjunto de ajustamentos pontuais, impostos de forma unilateral, desde logo a redução dos escalões em cerca de 5%, que penalizam fortemente as entidades proprietárias das escolas profissionais.

Embora o atual executivo já tenha dado passos no sentido de revisão de uma das dimensões mais gravosas do sistema de financiamento, redução dos apoios por desistência de alunos, é imperioso encontrar soluções urgentes para outros problemas a criação de incentivos ao funcionamento de turmas com duas saídas profissionais, questão particularmente relevante nas regiões de baixa densidade.

Em 2017, a ANESPO deve dar prioridade à criação de condições para a estabilização e regularização dos fluxos financeiros, em particular nas regiões com cofinanciamento FSE. A decisão tomada pelo atual governo de consagrar o princípio da plurianualidade dos contratos de financiamento, deverá ser acompanhada pela responsabilização do estado na estabilidade da contratualização deste serviço público, tornando as entidades proprietárias das escolas profissionais menos expostas à maior ou menor fluidez das transferências comunitárias ou das insuficiências do sistema de gestão.

Os apoios aos alunos, em percursos de qualificação de dupla certificação de nível secundário, devem constituir outra prioridade que deve estar na primeira linha das preocupações da ANESPO em 2017. A diversidade e disparidade de situações, dependendo da fonte de financiamento – caso dos cursos profissionais – e/ou da modalidade – caso do sistema de aprendizagem – exige um trabalho sério e rigoroso no sentido da equidade de tratamento e de acesso.

A resolução destas questões deverá estar no centro das prioridades da atuação da ANESPO em 2017 importando apontar caminhos, dar pistas e contributos para tornar o quadro legal e regulamentar mais coerente e ajustado à realidade.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Promover uma reflexão alargada, tendo em vista a construção de soluções equilibradas sobre <ul style="list-style-type: none"> • O modelo de financiamento das diferentes ofertas formativas dirigidas a jovens e a adultos no plano nacional e regional/local • O planeamento e organização da rede de oferta das diferentes ofertas dirigidas a jovens e adultos 				
b) Adotar uma postura proactiva quanto à revisão do quadro regulamentar e normativo das escolas profissionais, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Revisão dos indicadores de resultados constantes dos Avisos dos concursos • Adoção das mesmas regras nos territórios objeto de financiamento do POCH e do OE; • Clarificação das condições de acesso ao ensino superior, dos alunos que concluem o ensino secundário através de um curso profissional • Generalização e harmonização dos apoios sociais aos alunos em todo o território 				
c) Assegurar junto das tutelas o cumprimento dos pagamentos nos prazos previstos nos diferentes regulamentos e demais legislação aplicável, importando: <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na efetivação do adiantamento logo no início do ano letivo • Reclamar o pagamento dos reembolsos nos prazos previstos • Acionar os mecanismos do deferimento tácito sempre que os prazos sejam ultrapassados 				

Eixo III - Modelo pedagógico, consolidação e implementação de sistemas de garantia/gestão da qualidade

A ANESPO e as escolas profissionais devem continuar a aprofundar o modelo pedagógico, assente na pedagogia da individualização, da pedagogia de projeto e da estrutura modular.

Deverão igualmente continuar os trabalhos de revisão curricular e de integração dos cursos profissionais no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) no âmbito da interação encetada com a ANQEP, sem por de parte a necessidade de uma maior articulação entre as entidades que estão a trabalhar nestes processos, tendo em vista uma efetiva harmonização das cargas horárias da componente técnica, tecnológica e prática (TTP) dos cursos o que implica uma reflexão mais profunda e devidamente sustentada sobre o conjunto da oferta disponível e a disponibilizar.

Na senda do trabalho que vem sendo desenvolvido, procuraremos dar particular atenção às questões ligadas à gestão da qualidade. Trata-se de uma dimensão emblemática para a qual a ANESPO tem contribuído com trabalho concreto e de motivação junto das suas associadas, mais exigente num momento em que se tornou premente e com resultados a apresentar em 2017, uma vez que a ANQEP estabeleceu um calendário apertado, segundo o qual se pretende que todas as escolas profissionais disponham de um modelo de garantia da qualidade alinhado com o EQAVET.

A ANESPO, com base no inquérito efetuado às suas associadas, constata que grande parte das escolas ainda não implementaram qualquer sistema e apenas uma minoria o tem vindo a aprofundar e desenvolver, nomeadamente partindo de projetos desenvolvidos pela ANESPO.

Em face desta constatação e sabendo-se que se trata de um processo algo moroso, caro e exigente, a ANESPO espera que em 2017 abram as candidaturas financeiras no âmbito do Eixo IV do POCH e sejam encontradas soluções para apoiar as escolas na sua implementação nas regiões não cobertas por aquele PO.

A inovação pedagógica e a atitude permanente de garantia de qualidade das prestações formativas não se resumem apenas a esta dimensão, embora, como vimos, ela seja central em 2017.

Em síntese, nesta frente de trabalho nuclear, em 2017, a ANESPO e as escolas profissionais deverão focalizar a sua atenção no aprofundamento do modelo pedagógico, na generalização, na consolidação de sistemas de qualidade e na revisão, harmonização e adequação dos planos curriculares.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Afirmação da lógica da pedagogia da individualização, da pedagogia do projeto e da estrutura modular, como marcas distintivas dos projetos educativos e formativos das escolas profissionais				
b) Aprofundamento dos mecanismos pedagógicos relativos à coordenação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho				
c) Continuação dos trabalhos em curso, em conjunto com a ANQEP, com vista à revisão curricular e à integração dos cursos profissionais no CNQ, bem como apresentação de propostas para novos perfis que respondam às novas necessidades do mercado de trabalho				
d) Desenvolvimento de um trabalho sistemático com o apoio da ANQEP, tendo em vista garantir que até ao final de 2017 a generalidade das escolas profissionais tenham implementado ou em fase de conclusão um sistema de garantia de qualidade alinhado com as exigências europeias no contexto do EQAVET				

Eixo IV - Contributos para concretização dos objetivos da agenda 2020 da UE e das metas e desígnios do Portugal 2020

No âmbito da Agenda 2020, a União Europeia e os estados membros comprometem-se a, até ao final da década, alcançar um conjunto de metas e de indicadores em diferentes domínios, com particular enfoque nos domínios da educação, da formação e do emprego.

Na primeira linha está o combate ao abandono e ao insucesso escolar precoces, dimensão em que Portugal tem vindo a fazer progressos significativos, nomeadamente por via dos cursos profissionais e outras ofertas de dupla certificação, mas, e apesar disso, ainda se enquadra nos países com níveis mais elevados.

Relevante é também o propósito de que pelo menos 40% dos jovens entre os 30 e os 34 anos obtenham um diploma de ensino superior e o aumento dos níveis de emprego.

A ANESPO e as escolas profissionais propõem-se, em 2017 e seguintes, desenvolver a sua atividade tendo como foco o contributo nacional para alcançar as grandes metas da Agenda 2020 da União Europeia nos domínios da educação, formação e emprego, traduzidos nas prioridades desenhadas ou a redesenhar em sede de reprogramação em 2017, no quadro do Portugal 2020 e dos programas operacionais temáticos e regionais para 2014/2020.

Para além de potenciar os recursos dos programas sectoriais do FSE (POCH e POISE), que apenas cobrem 3 regiões do Continente, Norte, Centro e Alentejo, as escolas profissionais devem estar particularmente atentas aos financiamentos canalizados pelos programas operacionais regionais do Continente, da Madeira e dos Açores no que respeita a políticas de educação, formação e emprego, dando particular destaque à intervenção no âmbito das Comunidade Intermunicipais (CIM).

Assim, a ANESPO concentrará especial atenção nos seguintes pontos, atendendo a que a organização da formação desenvolvida pelas escolas profissionais vai ter que ter em conta indicadores que concorrem para se atingir estes objetivos, a ANESPO concentrará especial atenção nos seguintes pontos:

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Exigir a definição de estratégias que permitam aferir as necessidades do tecido económico e social de cada região, tendo em vista a promoção do emprego, a promoção da inclusão social e o combate ao abandono escolar precoce				
b) Promover o trabalho de identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico tendo em vista orientá-los em função das vias constantes da LBSE				
c) Acompanhar e apoiar os alunos com vista ao sucesso educativo e formativo tendo em conta a eventual necessidade de mediação social e educacional				
d) Incentivar as associadas para que contribuam para encaminhar para o ensino superior os diplomados que não pretendam ou consigam integrar-se de imediato no mundo do trabalho ou pretendam conciliar trabalho com prosseguimento de estudos				

Eixo V - Vida associativa, organização interna e funcionamento dos serviços

Num quadro de maior exigência e na prossecução da defesa dos interesses coletivos dos associados e na perspetiva do reforço da capacidade de intervenção da ANESPO e das escolas profissionais, é fundamental consolidar a estrutura técnica e administrativa, mas, ao mesmo tempo, tirar partido das potencialidades oferecidas pelas duas confederações de que a ANESPO é membro, integrando os respetivos órgãos sociais, desde logo no âmbito da CNEF, na perspetiva de gerar sinergias em termos técnico jurídicos, de estudos e investigação.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação				
b) Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social				
c) Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO enquanto associada do EFVET, nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados				
d) Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, nomeadamente ao nível dos procedimentos, da gestão de projetos, do apoio jurídico e desenvolvimento dos processos técnico-pedagógicos				
e) Trabalhar no sentido de que todas as escolas profissionais sejam associadas da ANESPO, usufruam da potencialidade de todos os seus direitos e participem ativamente na vida da Associação				
f) Revitalização do CEFANESPO tendo em conta as reais potencialidades para o desenvolvimento de atividades de formação contínua acreditadas, dirigidas a professores, formadores, técnicos e pessoal não docente				
g) Reforçar a dimensão dos estudos do CEFANESPO, no sentido de dotar a ANESPO de instrumentos analíticos e empíricos em domínios relevantes como o abandono escolar, a inserção profissional dos alunos e a identificação de necessidades de formação, procurando potenciar apoios no âmbito do eixo 4 do POCH				

Eixo VI - Projetos e parcerias

No que respeita aos projetos transnacionais, em 2017 a ANESPO deverá assegurar a continuação dos 4 projetos financiados pelo programa ERASMUS +, em que participa como parceiro, contribuindo para que os seus resultados sejam disseminados e potenciados pelas nossas associadas.

Em simultâneo, a ANESPO deverá estar aberta ao estabelecimento de novas parcerias em projetos onde possa surgir como promotor ou parceiro, decisão a tomar em função da avaliação prévia das propostas, potenciando conhecimentos e experiências e otimizando recursos.

Concluída a primeira fase do projeto em que durante cerca de quatro anos a ANESPO se empenhou na construção do ensino técnico-profissional em Timor-Leste, importa analisar a possibilidade de continuação desse trabalho, tendo em conta os contactos em curso.

Importa ainda dar continuidade a contactos institucionais e diplomáticos com a generalidade dos países de língua portuguesa, para equacionar propostas de cooperação ou outras iniciativas que abram espaço à intervenção da ANESPO e das escolas profissionais.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a) Contribuir para a divulgação dos programas ERASMUS +, HORIZONTE 2020 e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais				
b) Assegurar a participação nos projetos ERASMUS+ em curso				
c) Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente com entidades ligadas à educação e formação em países da União Europeia e com atores públicos e privados dos países de expressão portuguesa				
d) Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer enquanto cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos oriundos desses países				

Estas são as principais áreas de intervenção que nos propomos desenvolver em 2017, analisado o contexto em que nos movemos e identificados os principais constrangimentos que condicionam a atividade da ANESPO e das escolas profissionais.

A concretização dos objetivos prioritários definidos, tendo como referência o diagnóstico estratégico e operacional em que assenta o presente Plano de Atividades, só será possível com a mobilização de todos e o reforço da capacidade de intervenção da ANESPO e das suas associadas a todos os níveis.

O ano de 2017 vai exigir a mobilização de todos em defesa dos princípios e valores em que assenta a matriz das escolas profissionais, na consolidação e implementação de sistemas de qualidade, na luta pela consolidação de um modelo de financiamento mais justo e adequado às realidades, na construção de um quadro regulamentar e normativo mais amigável e transparente, na maior abertura ao estabelecimento de parcerias, nomeadamente no espaço de língua portuguesa e no reforço da democracia interna, através do funcionamento regular dos órgãos sociais eleitos em 2015 e cujo mandato termina em 2018.

4. ORÇAMENTO PARA 2017

PRESSUPOSTOS

A Direção da ANESPO, em 2017, deverá manter a linha de orientação estratégica no sentido de desenvolver as ações previstas com o mínimo de gastos e a obtenção do máximo possível de receitas.

Nas condições atuais que condicionam as atividades de todas as organizações, a ANESPO deverá mais do que nunca recorrer a instrumentos de planeamento e de execução do Plano de Atividades e adotar medidas de controlo de gestão, otimização de receitas e contenção de custos.

O Mapa de Exploração Previsional que apresentamos a seguir contém informação sobre os rendimentos que se espera obter e os gastos previsíveis.

RENDIMENTOS

A ANESPO, para atingir as metas que se propôs, prevê um total de rendimentos na ordem de 312 864 euros.

No que respeita aos rendimentos, sublinhe-se a previsão de manutenção do mesmo valor de referência quanto às quotizações.

As outras receitas decorrem dos projetos em curso no âmbito do ERASMUS+, do projeto ARION - Informação e Sensibilização em Eficiência Energética em Estabelecimentos de Ensino Profissional, Particular e Cooperativo, do Apoio À Implementação do Sistema de Garantia da Qualidade nas Escolas Profissionais e ainda com inscrições no Congresso Nacional.

GASTOS

No respeito pelo princípio da coerência e da gestão rigorosa, apostamos na prudência e continuidade na elaboração deste orçamento.

Assim, os gastos previstos para execução deste orçamento, são os estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos. Gastos, estes com: remunerações e encargos com pessoal interno, honorários, assistência técnica, deslocações e estadas, combustível, comunicação, material escritório, aluguer fotocopiadora, limpeza, juros e outros.

CONCLUSÃO

Na elaboração do orçamento, tivemos como preocupação conciliar o momento difícil que a economia europeia atravessa e, em particular, a portuguesa que, obviamente se reflete na nossa Associação.

Para a execução deste orçamento prevemos rendimentos no total de 312 864 euros e gastos num total de 299 816 euros, originando um resultado positivo no valor de 13 048 euros.

Obviamente, todos sentimos as dificuldades que se nos deparam o que certamente afetará a nossa Associação. É nossa preocupação gerir o património coletivo da melhor forma que pudermos e soubermos, com o contributo de todos os que connosco quiserem partilhar sugestões e boa vontade.

5. MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2017

RENDIMENTOS			
		ANESPO	%
C. SNC	Descrição		
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	158 050 €	
	Quotas Associados	158 050 €	50,52%
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	139 814 €	
	Projetos	139 814 €	44,69%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	15 000 €	
	Congresso Nacional	15 000 €	4,79%
			0,00%
		312 864 €	100,00%

GASTOS			
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	149 050 €	47,64%
	Eletricidade	1 750 €	
	Combustíveis	3 500 €	
	Água	1 600 €	
	Material de escritório	1 500 €	
	Rendas e alugueres	2 500 €	
	Comunicações	11 100 €	
	Seguros	1 750 €	
	Deslocações e estadias	25 000 €	
	Honorários/Formação	12 180 €	
	Contencioso e Notariado	500 €	
	Conservação e reparação	2 300 €	
	Publicidade	1 500 €	
	Limpeza e higiene	850 €	
	Trabalhos especializados	82 000 €	
	Condomínio	1 020 €	
		0 €	
63	GASTOS C/ PESSOAL	117 266 €	37,48%
	Administrativo/outro Pessoal	117 266 €	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	18 500 €	5,91%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS (impostos, quotas)	7 500 €	2,40%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO (juros)	7 500 €	2,40%
	Total Gastos	299 816 €	95,83%
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	13 048 €	4,17%

